

Mapeamento das atividades da Administração Tributária e da Advocacia Pública nos estados e no Distrito Federal*

*Segundo levantamento da Associação Nacional dos Procuradores Municipais (ANPM), realizado em 2017, 66% dos municípios não têm Procurador concursado.



ENCAT
Encontro Nacional de Coordenadores e
Administradores Tributários Estaduais



ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DAS ASSOCIAÇÕES DE FISCALIS
DE TRIBUTOS ESTADUAIS

Mapeamento das atividades da Administração Tributária e da Advocacia Pública

	Administração Tributária	%	Procuradoria	%	Ambas	%	
1) Promoção da inscrição do débito em Dívida Ativa do débito na dívida ativa tributária.	11	42%	14	54%	0	0%	96%
2) Cobrança administrativa até a inscrição em dívida ativa	26	100%	0	0%	0	0%	100%
3) Cobrança administrativa após a inscrição em Dívida Ativa e até o ajuizamento da execução fiscal.	9	35%	13	50%	4	15%	100%
4) Levantamento administrativo de bens para subsidiar pedidos cautelares fiscais ou para futura indicação para penhora em executivos fiscais.	6	23%	11	42%	8	31%	96%
5) Respostas com efeito vinculante a consultas tributárias formuladas pelos contribuintes.	25	96%	0	0%	0	0%	96%
6) Respostas a consultas tributárias formuladas por órgão da administração tributária.	23	88%	0	0%	3	12%	100%
7) Celebração de transação tributária até a inscrição em dívida ativa.	10	38%	3	12%	2	8%	58%
8) Celebração de transação tributária após a inscrição em dívida ativa e até o ajuizamento da execução fiscal.	2	8%	16	62%	2	8%	77%
9) Análise e concessão de parcelamentos e anistias tributária até a inscrição em dívida ativa.	26	100%	0	0%	0	0%	100%
10) Análise e concessão de parcelamentos e anistias tributária após a inscrição em dívida ativa e até o ajuizamento da execução fiscal.	12	46%	12	46%	2	8%	100%
11) Julgamento de processos administrativos tributários (autos de infração).	24	92%	0	0%	1	4%	96%
12) Julgamento de processos administrativos tributários (restituições, ressarcimentos, reconhecimento de isenção/imunidade e outros temas tributários).	25	96%	0	0%	1	4%	100%
13) Representação da Fazenda Pública perante os órgãos de julgamento do processo administrativo tributário.	11	42%	8	31%	7	27%	100%
14) Elaboração de manifestações perante os órgãos de julgamento administrativo em defesa do crédito tributário constituído.	17	65%	4	15%	5	19%	100%
15) Estudo, planejamento e elaboração das normas da legislação tributária relativas a obrigações principais e acessórias.	25	96%	0	0%	1	4%	100%
16) Desenho de legislação tributária, em atendimento às necessidades de gestão, tratando por exemplo de: com normas de obrigação acessória (documentos fiscais, escrituração fiscal), situações especiais (armazém geral, industrialização em terceiros), prazos de recolhimento, formas de recolhimento, etc.	26	96%	0	0%	1	4%	100%
17) Análise de consultas tributárias sobre questões de direito tributário material, e elaboração de respostas com efeitos individuais e ou gerais, para os contribuintes e a administração tributária.	26	96%	0	0%	1	4%	100%

18) Análise de dados de contribuintes e desenho de sistema automatizado para identificar possíveis irregularidades antes de início de auditoria tributária.	26	96%	0	0%	1	4%	100%
19) Análise de desempenho atual e passado da arrecadação, para estimar receita tributária futura, no Estado, por região do estado, por tipo de atividade econômica, etc.	24	89%	0	0%	3	11%	100%
20) Análise de regimes especiais de tributação, para redução de custo privado de conformidade e ou para redução de evasão ou elisão tributária.	27	100%	0	0%	0	0%	100%
21) Análise de custo de benefícios fiscais, para fins de LRF e LC 101, para fins de TCE, e para fins gerenciais.	23	85%	0	0%	4	15%	100%
22) Manifestação, em nome do Fisco, em processo administrativo tributário, após a defesa ou impugnação apresentada pelo contribuinte, analisando os fatos alegados e o direito alegado pelo impugnante.	22	81%	3	11%	2	7%	100%
23) Identificação de bens do sujeito passivo, titulares, sócios, e responsáveis, para fins de penhora ou restrição judicial, em caso de execução fiscal do devedor.	7	26%	17	63%	3	11%	100%
24) Atendimento ao público da área fiscal (qualquer uma antes de eventual inscrição de débitos em dívida ativa).	26	96%	0	0%	1	4%	100%
25) Análise de pedidos de isenção, restituição e ressarcimento de todos os tributos.	27	100%	0	0%	0	0%	100%
26) Apuração de denúncias; atendimento a órgãos externos tais como prefeituras, promotorias, procuradorias e juízos.	26	96%	0	0%	0	0%	96%
27) Manejo de malhas fiscais.	26	96%	0	0%	1	4%	100%
28) Implementação de programas de autorregularização, com seleção, envio de avisos fiscais e controle de cumprimento.	26	96%	0	0%	1	4%	100%
29) Manejo dos Programas de cashback tipo Nota fiscal paulista.	23	85%	0	0%	3	11%	96%
30) Procedimentos de fiscalização, incluindo atendimento a diligências, operações e operações conjuntas com outros órgãos, apreensões de bens, auditorias em empresas, verificações fiscais rotineiras, fiscalização de cartórios, fiscalizações relacionadas ao Difal e a substituição tributária:	26	96%	0	0%	1	4%	100%
31) Lançamento tributário, acompanhamento de conta fiscal, representações fiscais para fins penais, atividades relacionadas ao cadastro, atividades de fiscalização setorial:	26	96%	0	0%	1	4%	100%
32) Representação fiscal, contencioso de primeira instância, informações em mandados de segurança de autoridades.	24	89%	1	4%	1	4%	96%
33) Crédito acumulado de produtor rural, crédito acumulado de empresas para fins de apropriação e utilização (transferências, pagamentos e liquidações de débitos fiscais).	26	96%	0	0%	1	4%	100%
34) Análise de pedidos de regime especial e adesões a regimes especiais concedidos.	26	96%	0	0%	1	4%	100%
35) Análises de regularidade fiscal para fins de emissão de certidão negativa de débitos.	24	89%	1	4%	2	7%	100%